

## Casa Grande & Senzala molhada

Suelme Evangelista Fernandes<sup>27</sup>

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em razão desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2000, p. 66-67)

Para conhecer a fundo a obra de Lenine Póvoas e seus significados para seu tempo, precisamos mergulhar no seu universo cognitivo, o tempo histórico em que produziu seu livro e seu modelo mental.

Em 1983, aos 63 anos de idade, Lenine de Campos Póvoas escreve *O Ciclo do Açúcar e a Política de Mato Grosso*, pela editora Resenha Tributária de São Paulo, e, como de praxe, às próprias custas.

Na época, o Brasil começava a viver a transição democrática ou a descompressão. Lenine estava em plena maturidade, tendo ocupado inúmeros cargos políticos e públicos com muitas realizações.

Apesar de não ter sido um fervoroso entusiasta dos governos militares (1964-1985), ocupou vários cargos públicos relevantes nesse período: Superintendente da METAMAT em 1972; Secretário de Estado de Administração- tendo sido o primeiro gestor dessa pasta no Governo José Fragelli e em 1977, foi o primeiro Presidente da Fundação Cultural de Mato Grosso no Governo de Garcia Neto.

Se considerarmos sua biografia e formação intelectual e até seu próprio nome – uma homenagem de seu pai Nilo Póvoas a Vladmir Uianov Lênin, poderia parecer um paradoxo essa participação nos governos militares em Mato Grosso.

---

<sup>27</sup> Mestre em História pela UFMT.

Vejam os então, desde os tempos da Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, Lenine foi militante do movimento estudantil de esquerda e da luta contra a Ditadura Vargas. Nos anos oitenta, período em que escreveu o citado livro, liderou a abertura democrática estando presidente do MDB de Mato Grosso na campanha pelas Diretas Já e na eleição de Tancredo no colégio eleitoral.

Tendo, inclusive como líder político, realizado comício em Cuiabá pelas *Diretas Já* na Praça Rachid Jaudy (Av. Isac Póvoas) e na campanha pela eleição de Tancredo Neves na Praça da República, no conturbado idos de 1985.

Comício de Tancredo Neves em Cuiabá com Lenine Póvoas e José Sarney em 1985



Fotografia: Demóstenes Milhomen. Acervo da Família Póvoas.

Mas, em se tratando do professor, Lenine considerava absolutamente possível essa convivência política, pois ficou conhecido ao longo de sua trajetória política como líder diplomático, habilidoso e conciliador, por natureza.

Para alguns analistas, ele tinha um perfil de estadista dizia que “servia aos interesses do Estado e não aos governos”. Tinha aprendido esses conceitos nas aulas de Teoria Geral do Estado, na graduação da nascente Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então capital da República. Contudo, sofreu críticas e desconfiança de adversários políticos,

pois teve uma carreira longa na política, de 1947 a 1985, tendo participado ativamente de inúmeros governos, momentos e contextos políticos.

O livro *O Ciclo do Açúcar e a Política de Mato Grosso* também é, de certo modo, uma reflexão autobiográfica, pois “o professor” como gostava de ser chamado, testemunhou no seu tempo como Deputado Estadual de 1944 a 1957 a força dos industriais do Açúcar na política de Mato Grosso, em especial durante a República Velha. Lenine narra no livro experiências vividas e, porque não dizer, dilemas pessoais. Ao tratar das Usinas de Conceição, por exemplo, afirmou: “quando visitei, em 1497, ainda a encontrei em plena atividade” (PÓVOAS, 1983, p. 23).

Eram essas reflexões políticas e inquietações da maturidade que empurravam por seus dedos as lancetas dos tipos móveis de sua máquina de escrever Olivetti contra o papel. Batuque que entrava noite adentro no seu escritório, que funcionava dentro de sua casa, na Av. Getúlio Vargas, nas proximidades do Liceu Cuiabano, em Cuiabá. Ouvindo na vitrola a música *La Violetera*, de Carlos Gardel, para se inspirar.

O conceito de ciclos econômicos enunciado em seu livro esteve muito em voga nesse período anos 70/80 e foi a base de reflexão de Lenine Póvoas. Essa doutrina econômica foi propalada no Brasil principalmente por Roberto Campos e Delfin Neto, durante a Ditadura Militar, mas alcançou também os círculos acadêmicos. Nesse conceito, a economia se movimentava de maneira cíclica, em quatro estágios: expansão, apogeu, recessão e depressão. Sua obra segue essa metodologia.

Em que pese a economia ser enunciada na capa do livro *O Ciclo do Açúcar*, existe uma outra intenção, muito evidente nesse título, que é a política de Mato Grosso. Lenine traz de maneira visceral as redes de clientelismo, violência e domínio político local pelos chamados coronéis do açúcar.

A primeira edição do livro foi publicada no ano de 1983, com prefácio de Gilberto Freyre e foi reeditado em 2000 pelo

IHGMT, numa versão atualizada, revisada e ampliada pelo próprio autor.

Considerando que o livro foi escrito pelo então Presidente da Academia Mato-Grossense de Letras e imortal do Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso, grande articulista da imprensa e de família tradicional cuiabana a escolha do tema por parte do autor foi no mínimo corajosa.

Até porque, na época, 1983, ainda existiam descendentes vivos com os sobrenomes dos personagens principais do estudo, inclusive políticos atuantes herdeiros dessa tradição.

Não capitamos neste estudo as repercussões e reverberações desta obra no mundo político da época, mas certamente ocorreram muitos burburinhos e reverberações nas surdinas, durante os passeios das elites na Praça Alencastro, ou nos fins de tarde na *tribuna popular* do Bar do Bugre, onde se encontrava a boemia da capital. Nada que o tilintar de uma colherzinha resvalando num copo de guaraná ralado com açúcar durante uma visitinha amistosa de vizinhos e amigos não resolvesse.

Lenine se cercou de um sólido trabalho de pesquisa para evitar possíveis contraditórios. Acessou acervos documentais (cartas, registros oficiais e fotografias), narrativas até hoje inéditas e inovou no uso da História Oral como metodologia de trabalho de campo, tendo entrevistado inúmeros descendentes desses coronéis do Rio Abaixo.

Preocupado com a preservação do patrimônio histórico de Mato Grosso, o historiador descreve toda a cadeia domínial das usinas, do começo do século até a década de 1980, identificando os proprietários e as finalidades de uso desses espaços. Das aproximadamente 10 usinas existentes até 1950, apenas a Usina do Itaicí possui patrimônio material edificado e remanescente atualmente, talvez essa destruição tenha lhe custado alguma melancolia nos dias finais de sua vida. Contudo, deixa o seu registro de indignação: “*Hoje a outrora bela usina Maravilha é a imagem perfeita do abandono. Seus proprietários não a exploram de forma*

*alguma e os prédios cedem à ação destruidora do tempo”* (PÓVOAS, 1983, p. 30).

Ao caracterizar no capítulo “*A vida nas usinas, o dia a dia*” sua tese principal do livro, Póvoas devassa o cotidiano dos trabalhadores na faina diária. A jornada de trabalho de até 18 horas por dia, com apenas uma folga para o almoço de duas horas. Segundo Lenine Póvoas (1983, p. 53):

Os contratos de trabalho eram livremente estabelecidos entre o patrão e o trabalhador, que não tinha direitos senão aqueles que o próprio patrão lhe facultava. O regime era realmente duro, muitas usinas possuíam o ‘tronco’, um instrumento de castigo e, até mesmo, de tortura. Os insubordinados que transgrediam as ordens ditadas pelo proprietário eram levados ao “tronco”, instrumento formado por duas pesadas vigas de madeira, de quatro a cinco metros de comprimento, dividida em duas metades que se ajustavam, com furos, de espaços a espaços, nas quais se prendiam os braços, as pernas ou mesmo o pescoço dos “condenados”, que assim ficavam deitados, sobre um couro, ao relento, onde, ainda por vezes, conforme a gravidade da falta cometida, recebiam algumas chibatadas. Havia “condenados” que ficavam no tronco vários dias.

Referindo-se a uma visita num Museu da Argentina, onde encontrou o mesmo instrumento de tortura denominado de Tronco, Lenine pontuou (1983, p.53-54): “*A legenda colocada sobre ele dizia ser instrumento de tortura usado na Espanha, ao tempo da Inquisição e introduzido, pelos espanhóis, na Argentina [...] Na década de 30 o tronco foi abolido, passando as Usinas a terem ‘cadeias’.*”

Como advogado constitucionalista e republicano, atento ao tempo das instituições, Lenine sutilmente põe entre aspas as palavras “condenados e cadeias”, para salientar ao leitor a exploração ilegal do trabalho nas usinas no período, mesmo depois das proibições dessas práticas pelo Código Civil Brasileiro de 1917 e Consolidação das Leis Trabalhista de 1943, pelo Estado brasileiro.

Em 1930, com o Estado Novo, houve a nomeação de um Interventor para Mato Grosso, Antonino Mena Gonçalves, que determinou que “libertassem” os trabalhadores das usinas, ordenando que fossem para Cuiabá. As imagens da chegada desses “camaradas” no Rio Cuiabá foi um episódio bastante marcante na memória do ainda adolescente Lenine, tanto que registrou nas páginas desse livro aquela cena chocante: “*Morando no Bairro do Porto, com dez anos de idade, recordo-me de ter visto a chegada de embarcações trazendo esses escravos alforriados*” (PÓVOAS, 1983, p. 54).

Não era para menos o espanto, pois passados 41 anos da abolição do trabalho escravo no país, Mato Grosso ainda mantinha vínculos primitivos de exploração.

Ao tratar do *Senhor da Usina*, o autor abre novamente sua verve republicana, até bastante irônica. Para Lenine de Campos Póvoas, (1983, p. 58):

Dentro dos amplos limites de sua propriedade a sua palavra era a única lei. Ele enfeixava em suas mãos todos os poderes. Era legislativo, o executivo e o judiciário. Ditava as normas. Traçava os limites dos que ali viviam. Julgava e punia os que transgredissem as normas do bem viver dentro daquele aglomerado social [...] Eles se transformavam, por forças das circunstâncias, num caudilho.

Continuando sua pregação, tece duras críticas à apropriação das patentes militares típicas de carreira de estado, como títulos de costumes para obtenção de autoridade e poder na política local. Títulos ocupados, segundo ele, por pessoas que sequer possuíam nível universitário. “*O título de Coronel era dado ‘geralmente’ a uma pessoa que atingia certa idade, destacada posição social e, por vezes, ostentava sólida situação financeira. Era um sinal de respeito e de estima que lhe votavam os concidadãos*” (PÓVOAS, 1983, p. 59).

O autor analisa politicamente o período de conflitos armados surgidos em Mato Grosso nos primeiros anos da República e os embates entre bandos armados causadores

de muitas disputas e mortes, como a do usineiro Presidente do Estado Cel. Antônio Paes de Barros, o Totó Paes.

O anacronismo das relações de trabalho nas usinas de açúcar de Mato Grosso levou o autor a relacionar o sistema de exploração estabelecido nas barrancas do Rio Cuiabá ao do senhorio das elites usineiras do nordeste dos Séc. XVI a XVIII.

Por isso sua inspiração teórica foi a obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre. Essa comparação não deixa de ser um tanto quanto tardia pelo hiato temporal entre os dois fenômenos, mas não deixa de ser verossímil.

Tais disputas políticas têm como pano de fundo o mandonismo da elite açucareira sobre os interesses do Estado. Os usineiros não renunciavam aos privilégios de exploração de trabalho servil, mesmo depois da Proclamação da República.

Pelo menos três usineiros ocuparam o cargo de Presidente do Estado nessa fase, o Cel. Alves de Barros 1903-1906; Cel. Totó Paes 1906 e Cel. Joaquim Augusto Costa Marques de 1911-1915. Sobre esses acontecimentos, o historiador Valmir Batista Corrêa afirmou, “*Entretanto, reduzido grupo de usineiros, sediados com suas propriedades no norte do estado, transformou seu poderio político em Mato Grosso, cujo domínio político-partidário estendeu-se por todo o período da República Velha* (CORRÊA, Valmir B. 1995, p. 71).

Para Lenine (1983, p. 93), esse domínio criou raízes profundas e nem mesmo o Governo Vargas no período de 1930-1945, foi capaz de “*extirpar, de todo, o prestígio dos Coronéis da Usina de Açúcar*”, pois esse grupo continuou interferindo no poder local através da Assembleia Legislativa por muito tempo. Segundo Póvoas (1983, p. 95) “*Na constituinte estadual de 1947 ainda persistem sinais de prestígio dos antigos senhores de usinas*”. Póvoas era um dos relatores dessa constituição, como Deputado Estadual.

O poder político dessa elite nascida nas barrancas do Rio Cuiabá parece incomodá-lo, a tal ponto que chegou a afirmar que ainda existiam vestígios dessas famílias influenciando nos ambientes políticos de 1983: “*Na legislatura estadual de*

*1978-1982 foi, por dois anos, Presidente da Assembleia Legislativa o Deputado Benedito Alves Ferraz, da estirpe dos Ferraz, antigos proprietários da Usina Aricá” (PÓVOAS, 1983, p. 96).*

Quais seriam os privilégios e interesses dos coronéis de Mato Grosso nessa época? Somente novos estudos trarão essas respostas às provocações do autor. Segundo Lenine (1983, p. 96): *“Todos esses fatos ainda demonstram quão profundas foram as raízes lançadas na sociedade mato-grossense pelos antigos senhores de usina.”*

Pela sua boa articulação e prestígio nos Institutos Históricos do Brasil, o grande sociólogo brasileiro Gilberto Freyre apresentou o livro de Lenine na sua primeira feição, com deferência expressa à qualidade do estudo e vaticinou que a abordagem de Póvoas em muito fazia lembrar da sua monumental obra, *Casa Grande e Senzala*. Pela relevância de seu conteúdo, anos depois, em 2000, o livro foi republicado numa segunda edição, revisada e ampliada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Os problemas e indagações teleológicas de seu tempo ressoam nos dias atuais como os sinos da Igreja Salesiana de Nossa Senhora Auxiliadora que frequentava aos domingos. Esse texto é a prova da atualidade de sua obra e o testemunho vivo de quem foi o perspicaz e atento historiador Lenine de Campos Póvoas.

Como afirmou Benjamin (1994, p. 229-230), *“A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras”*.

Afinal, como sugeriu o “professor” no enunciado de seu livro, *“os poderes econômicos e políticos sempre andam juntos. Por ele se mata, se morre “irmão contra irmão, usineiro contra usineiro”*.



## Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995.

PÓVOAS, Lenine de Campos. *O Ciclo do Açúcar e a política de Mato Grosso*. 2 ed. São Paulo: Resenha Tributária, SP, 1983.